



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

I SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Mariana ajuizou ação sob o rito ordinário, distribuída à 12.^a Vara de Família do Rio de Janeiro – RJ, com o objetivo de obter o reconhecimento e a declaração de existência da união estável que alega ter mantido, de 1995 a 2020, com Ricardo, já falecido. No polo passivo da lide, a autora incluiu os herdeiros do falecido, que, devidamente citados, apresentaram contestação no prazo legal.

Preliminarmente, os réus alegaram que:

- O pedido seria juridicamente impossível, sob o argumento de que Ricardo, embora separado de fato há mais de vinte anos de sua esposa, ainda era formalmente casado com ela, mãe dos réus, no momento do óbito, o que impediria o reconhecimento da união estável por ser inadmissível configurá-la com pessoa casada sem a demonstração de separação de fato duradoura.
- A autora não teria interesse de agir, sob o fundamento de que Ricardo não possuía bens em seu nome e tampouco deixou qualquer benefício previdenciário, sendo inútil para a autora a simples declaração de união estável.
- O pedido encontraria óbice na coisa julgada, pois, em ação anterior, Mariana ajuizara demanda possessória contra os réus, alegando que fora companheira de Ricardo, com o objetivo de permanecer em um apartamento que teria sido adquirido durante a relação. Essa ação, no entanto, foi julgada improcedente, sob o fundamento de que não restara demonstrada a união estável entre as partes.
- Haveria litispendência, sob o argumento de que já tramitava, na 3.^a Vara de Órfãos e Sucessões do Rio de Janeiro – RJ, ação de inventário dos bens deixados por Ricardo, devendo ser discutidos nessa sede quaisquer temas relativos ao espólio, uma vez que o juízo do inventário teria competência para processar e julgar questões envolvendo interesses sucessórios.

No mérito, os réus alegaram que Ricardo era pessoa de hábitos livres, tendo mantido relacionamentos simultâneos com outras mulheres. Embora tenha residido com a autora em alguns períodos, mantinha um envolvimento amoroso constante com uma mulher que morava em outra cidade e a visitava regularmente, pelo menos duas vezes ao mês.

Diante das alegações apresentadas na contestação, o juiz concedeu à autora prazo para manifestação.

Considerando a situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Marina, redija a peça processual cabível em face das alegações apresentadas na contestação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Carlos Ferreira, maior e capaz, celebrou verbalmente, no dia 15/08/2018, na cidade de Curitiba, um contrato de compra e venda de um notebook seminovo pelo valor de R\$ 4.500,00, com Paulo Mendes, também maior e capaz. No entanto, Carlos não dispunha da quantia em dinheiro para cumprir sua obrigação e, buscando resolver a situação, propôs a Paulo que aceitasse como pagamento uma bicicleta e um smartwatch, cujo valor total equivaleria ao preço ajustado.

A) É cabível efetivar o pagamento pelo meio sugerido por Carlos, mesmo que Paulo se recuse a recebê-lo? Fundamente (Valor 0,60)

B) Suponha que, em uma execução judicial, Paulo penhorasse um imóvel pertencente a Ana, esposa de Carlos, sendo eles casados sob o regime da comunhão parcial de bens. O imóvel foi recebido por Ana como doação de seus avós. Qual medida judicial poderia Ana adotar para evitar que o bem fosse levado a leilão? Fundamente (Valor 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Marcelo Souza, residente em Florianópolis/SC, celebrou, em 15/10/2023, com a Protege Mais Companhia Seguradora S/A, sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, contrato de seguro para seu automóvel, com cobertura nacional. Em 02/03/2024, durante uma viagem à cidade de Fortaleza/CE, Marcelo estacionou seu veículo em um estacionamento gratuito de um supermercado, onde o carro foi furtado.

A) Diante da recusa da seguradora em cobrir o sinistro, sob alegação de que o contrato não prevê indenização para furtos em estacionamentos gratuitos, quais medidas judiciais podem ser adotadas por Marcelo para buscar seu direito? Fundamente. (Valor: 0,75)

B) O supermercado, que oferecia estacionamento gratuito aos clientes, pode ser responsabilizado pelo furto do veículo de Marcelo? Justifique sua resposta. Fundamente. (Valor: 0,50)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Cláudio, solteiro e sem filhos, adquiriu um aparelho eletrônico em uma renomada loja, por meio de financiamento em 10 parcelas. Após pagar integralmente e dentro do prazo todas as prestações, Cláudio faleceu em decorrência de complicações cardíacas. Seu irmão, Marcelo, seu único herdeiro, passou a receber cobranças indevidas da referida loja relativas ao financiamento já quitado por Cláudio. Certo de que o irmão havia honrado suas obrigações, Marcelo localizou todos os comprovantes de pagamento e os apresentou à loja, esclarecendo o equívoco. Todavia, posteriormente, Marcelo foi informado que o nome de Cláudio havia sido negativado nos órgãos de proteção ao crédito por inadimplemento da dívida já quitada.

Considerando essa situação hipotética, responda fundamentadamente:

- A) Qual a medida judicial cabível para reparação do dano moral sofrido por Cláudio em decorrência da negativação indevida? Justifique. (0,70)
- B) Quem possui legitimidade ativa para ajuizar tal ação? Justifique. (0,55)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Paulo vendeu um imóvel residencial de sua propriedade a Teresa, estipulando que o pagamento deveria ser feito diretamente a Laura. Sessenta dias após a compra, Teresa constatou graves infiltrações ocultas, já existentes antes da aquisição, comprometendo a estrutura da casa. Paulo, apesar de conhecer o vício oculto, não informou Teresa e ainda vendeu o imóvel por preço integral de mercado. Teresa, que utiliza a residência também para exercer suas atividades profissionais, procurou um advogado para esclarecer seus direitos.

Considerando essa situação, responda:

- A) Qual a medida judicial adequada para a defesa dos interesses de Teresa? Fundamente.
- B) Qual a responsabilidade jurídica de Paulo e de Laura diante da situação apresentada? Fundamente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

